



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Reitoria - CNPJ 78680337/0001-84

Rua Universitária, 1619 - Fone: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3324-4590

Jardim Universitário - Cx. P. 000701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná

www.unioeste.br



COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA

EDITAL Nº 035/2024-CPS/COREME

RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) E AOS CANDIDATOS NEGROS (PP) PARA A PRIMEIRA E SEGUNDA SELEÇÕES PÚBLICAS DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA DA UNIOESTE, PARA O ANO LETIVO DE 2025.

O Coordenador do Programa de Residência Médica do **HUOP** (Hospital Universitário do Oeste do Paraná), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais e considerando os itens 4 e 5 dos Editais nº 017/2024-CPS/COREME, de 31 de julho de 2024 e nº 021/2024-CPS/COREME, de 10 de outubro de 2024;

TORNA PÚBLICO:

As respostas aos recursos contra o resultado da análise da documentação das vagas reservadas às **peessoas com deficiência (PcD)** e aos **candidatos negro (PP)** para a primeira e segunda seleções públicas de candidatos ao Programa de Residência Médica para 2025 da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

RECURSO 01 – À COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE COREME. Edital nº 017/2024-CPS/COREME. INGRID NASCIMENTO LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 098.943.399-48, residente e domiciliada na Rua Pastor Uwe Greggersen, 415, Toledo/PR, vem, com fulcro no item 5.9.8, do Edital nº 017/2024, INTERPOR RECURSO ADMINISTRATIVO. Em face da respeitável decisão de indeferimento da cota racial exarada pela Comissão de Heteroidentificação, o que faz pelos fatos e fundamentos aduzidos a seguir:

DA AUSENCIA DE JUSTIFICATIVA DO INDEFERIMENTO

Em cumprimento às exigências editalícias, a candidata apresentou toda a documentação necessária para comprovação de autodeclaração como pessoa

negra (parda). Todavia, foi surpreendida com a decisão de indeferimento emitida pela Comissão de Heteroidentificação, sem qualquer justificativa ou detalhamento acerca dos motivos que levaram à negativa. Como o indeferimento exarado pela Comissão não apresenta qualquer fundamentação ou embasamento, contrariando o princípio constitucional da motivação dos atos administrativos, previsto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 50 da Lei nº 9.784/1999, que exige que as decisões administrativas sejam motivadas, com a devida exposição dos fatos e fundamentos jurídicos que as sustentam, a recorrente foi privada de compreender as razões para o indeferimento, o que inviabiliza o exercício pleno de seu direito ao contraditório e à ampla defesa, em manifesta afronta aos princípios do devido processo legal. O processo de heteroidentificação trata-se de uma análise extremamente subjetiva, que exige justificativas detalhadas e transparentes para que a candidata compreenda os critérios utilizados e tenha a oportunidade de exercer plenamente o contraditório e a ampla defesa. A recorrente cumpre integralmente os requisitos para a inclusão na modalidade de cotas raciais, nos termos previsto no edital, visto que a candidata apresenta características fenotípicas condizentes com a população parda, quais sejam, cabelo cacheado, nariz largo, lábios roxos, estrutura óssea (arcos zigmáticos e testa proeminentes, entre outros, conforme reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo filha de mãe - negra - e pai - branco -conforme fotografias. É relevante destacar ainda que a recorrente participou de processo seletivo perante a Universidade Federal do Paraná 2017/2018, para seleção de estudantes de medicina, concorrendo igualmente às cotas raciais como pessoa parda. Na ocasião, passou por avaliação presencial realizada por um comitê competente, que considerou e confirmou sua condição de pessoa parda, sendo que o resultado pode ser verificado no link oficial: https://www.nc.ufpr.br/PortalNC/resultadobancas/ufpr_2018_cevpp_resultado_definitivo.html. Esse histórico demonstra a coerência e a legitimidade de sua autodeclaração racial. Ante o exposto e conforme documentação que corrobora o declarado, anexa ao presente Recurso, verifica-se com nitidez que a recorrente possui todas as características necessárias à declaração de preenchimento dos requisitos para ocupar vaga reservada aos pretos/pardos, razão pela qual a candidata solicita a reconsideração da decisão de indeferimento, com o reconhecimento da condição racial da candidata como parda e, conseqüentemente, a inclusão da mesma na lista de cotistas raciais do processo seletivo. Nestes termos, Pede deferimento. Toledo, 14 de dezembro de 2024. INGRID NASCIMENTO LIMA.

RESPOSTA AO RECURSO: O recurso procede. Após a análise dos documentos comprobatórios a Banca Recursal de Avaliação Complementar à Autodeclaração Racial de Candidato(a) à Vaga Para Pretos e Pardos constatou que a candidata pertence à etnia negra pois possui as características fenotípicas.

RECURSO 02 – Prezados(as) membros da comissão, Eu, Sarah Evelyn Silva Fernandes, candidata à vaga de residência médica em Anestesiologia, nº de inscrição 369510, venho, respeitosamente, por meio deste email apresentar recurso contra o indeferimento de minha inscrição na modalidade de cota racial (negro/pardo), conforme previsto no edital do processo seletivo. Reitero minha autodeclaração como parda, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e pela Portaria Normativa nº 4/2018 do MEC. Sou uma pessoa com fenótipo que se enquadra nos critérios das políticas de ações afirmativas, tenho tom de pele marrom, formato dos meus lábios e nariz característicos de fenótipo pardo, meu cabelo era cacheado, fiz progressiva dos meus 15 anos aos 28 anos. Minha identidade racial também se reflete nas experiências vividas ao longo da minha trajetória. Desde a infância, fui alvo de episódios de preconceito que reforçam minha inclusão no grupo pardo: Na escola, no ensino fundamental, fui apelidada de "pretinha" e "Olívia Palito", o que gerou forte impacto emocional e me trouxe diversas inseguranças. Em lojas, evito carregar sacolas abertas para não atrair a atenção de seguranças, por receio de ser tratada de forma discriminatória; Na casa de minha avó paterna, já fui confundida algumas vezes com diarista por conta do meu tom de pele. Por anos, alisei o cabelo na tentativa de me ajustar aos padrões, mas desisti, pois me sentia mal comigo mesma por tentar apagar meus traços, hoje estou em transição capilar. Fiz dois anos de terapia para lidar com os impactos psicológicos causados por essas situações. Diante do exposto, solicito que minha inscrição para cota racial seja reavaliada pois me considero de fato uma pessoa parda. Envio mais informações e documentos que refletem meu fenótipo e minhas origens (fotos minhas com meus familiares e de infância). Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e agradeço pela atenção e análise criteriosa deste recurso. Cordialmente, Sarah Evelyn Silva Fernandes.

RESPOSTA AOS RECURSOS: O recurso procede. Após a análise dos documentos comprobatórios a Banca Recursal de Avaliação Complementar à Autodeclaração Racial de Candidato(a) à Vaga Para Pretos e Pardos constatou que a candidata pertence à etnia negra pois possui as características fenotípicas.

Publique-se e cumpra-se.

Cascavel, 19 de dezembro de 2024.

MARCELO PONTUAL CARDOSO
Coordenador da Comissão de Residência Médica

SIDCLEY JUNIOR BERTO
Presidente da Comissão do Processo Seletivo